

**ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE INCLUSÃO
ESCOLAR EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL:
tendências temáticas predominantes¹**

**STATE OF KNOWLEDGE ON SCHOOL INCLUSION IN
POSTGRADUATE EDUCATION PROGRAMMES IN THE CENTRAL-
WEST REGION OF BRAZIL:
predominant thematic trends**

Selma Regina Gomesⁱ

Marlene Barbosa de Freitas Reisⁱⁱ

RESUMO: Este estudo aborda a temática Inclusão Escolar, com foco nas tendências temáticas predominantes em trabalhos científicos, área Educação. Objetiva conhecer as tendências temáticas predominantes nas pesquisas defendidas nos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE), entre os anos de 2018 a 2023, da região Centro-Oeste do Brasil. Como percurso metodológico, tendo como referencial teórico-metodológico Marília Morosini, Pricila Kohls-Santos, Zoraia Bittencourt, buscou-se no Estado do Conhecimento acerca da Inclusão Escolar, o levantamento dos temas mais abordados pelos pesquisadores. Como resultado, observou-se a preocupação com práticas inclusivas, concepções acerca de inclusão, Atendimento Educacional Especializado, formação de professores e Transtorno de Espectro Autista.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão educacional. Estado do conhecimento. Centro-Oeste brasileiro.

ABSTRACT: This study addresses the topic of school inclusion, focusing on the predominant thematic trends in scientific papers in the field of Education. It aims to understand the predominant thematic trends in research defended

¹ Este texto é resultado parcial de pesquisa realizada durante estágio de pós-doutorado, no Programa Pós-Doutorado Estratégico da CAPES, Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Inhumas.

in Postgraduate Programmes in Education (PPGE), between 2018 and 2023, in the Midwest region of Brazil. As a methodological approach, using Marília Morosini, Pricila Kohls-Santos and Zoraia Bittencourt as theoretical-methodological references, we searched the state of knowledge on school inclusion to find the topics most addressed by researchers. These included inclusive practices, conceptions of inclusion, special educational needs, teacher training and autism spectrum disorder.

Keywords: Special education. Educational inclusion. State of knowledge. Centre-West Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Este texto se constitui por meio de estudo a respeito do tema Inclusão Escolar na perspectiva de pesquisadores de instituições que oferecem Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, na região Centro-Oeste do Brasil, se inserindo no conjunto de pesquisas comprometidas com a difusão do conhecimento acerca do tema em questão. A temática da inclusão escolar tem sido amplamente discutida nas comunidades acadêmicas, ganhando visibilidade cada vez maior em pesquisas relacionadas às pessoas com necessidades específicas, no contexto escolar.

Sabemos que a educação é um direito social garantido tanto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), quanto pela Constituição da República Federativa do Brasil. O Artigo 26 da DUDH apregoa que toda pessoa deve ter direito à educação e, que essa deve visar à plena expansão da personalidade humana, ao reforço dos direitos do Homem, das liberdades fundamentais, deve favorecer a compreensão, a tolerância, a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos (DUDH). Ademais, “[...] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Contudo, também temos ciência de que, historicamente a educação nunca foi destinada a todos, sem nenhuma distinção, conforme garantido em legislações específicas.

Quando falamos de uma educação pública, de qualidade e inclusiva, as lacunas e os desafios ficam mais complexos. Consideramos educação inclusiva aquela que centrada na e para a diversidade (Reis, 2013) implica o exercício da alteridade por todos os envolvidos no processo educativo, “[...] uma abertura que desafia o sujeito a responder em cada nova situação às solicitações concretas do outro”, ou seja, uma educação que promove e possibilita “[...] oportunidade de debates, de estilos e de ritmos de aprendizagens diferentes”, um espaço que “[...] abarca os fundamentos e princípios da Educação Inclusiva” (Reis, 2013, p. 77).

Neste sentido, a concepção de inclusão que defendemos perpassa por uma visão mais abrangente, ou seja, a inclusão escolar é para todos aprenderem juntos, incondicionalmente, conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9394/96. Destaca-se que, ao pensar em educação de qualidade social em nosso país, devemos pensar em uma educação que

respeite as diferenças e o desenvolvimento individual da pessoa, considerando o tempo e ritmo próprio de aprender.

No Brasil, as duas últimas décadas vem se mostrando significativa em pesquisas e publicações sobre avanços na educação inclusiva, conhecidas por 'Estado do Conhecimento', sobretudo na produção de dissertações e teses produzidas em diferentes Programas de Pós-graduação, fortalecendo o movimento de divulgação de resultados de pesquisas científicas nas diferentes nuances que caracterizam a inclusão. Deste modo, nosso interesse pela temática se justifica pela necessidade em ampliar discussões nesta área e, de forma mais específica, em pesquisas de interesse de mestrandos e doutorandos da região Centro-Oeste brasileira.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo conhecer as tendências temáticas predominantes das pesquisas defendidas no âmbito dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), área Educação, na região Centro-Oeste brasileira, entre os anos de 2018 a 2023, em intersecção com a temática Inclusão Escolar. A metodologia é de caráter qualitativo, recorre ao Estado do Conhecimento como procedimento, buscando realizar um levantamento do que se tem produzido nos últimos seis anos no campo da educação

Este trabalho foi organizado em duas seções, além da introdução, considerações finais e referências bibliográficas. A primeira trata da apresentação do percurso metodológico para realização do Estado do Conhecimento, com apresentação de dados referentes ao conjunto de publicações elencadas para a pesquisa; na segunda seção, nos dedicamos a apresentar as tendências temáticas predominantes nos trabalhos publicados por pesquisadores dos Programas de Pós-graduação em Educação, de instituições localizadas na região Centro-Oeste do Brasil.

1.1 O Percurso do Estado do Conhecimento

Com vista a atingir o objetivo traçado, optou-se pela abordagem qualitativa, com foco na realização de Estado do Conhecimento, para conhecer as tendências temáticas predominantes em teses e dissertações defendidas nos PPGEs de instituições localizadas na região Centro-Oeste do Brasil. Para isso, utilizamos o banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (CTDC), considerando o recorte temporal de 2018 a 2023. O descritor de busca foi 'Inclusão Escolar'. Os critérios de inclusão abrangeram teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação em educação de universidades do Centro-Oeste brasileiro, escritas em Português do Brasil e com texto completo disponível. Excluímos trabalhos fora do recorte temporal, em outros idiomas, de áreas diferentes da educação e aqueles não disponíveis no CTDC.

Partimos do entendimento de Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt (2021), segundo o qual "Estado do conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo [...]". Portanto, procedemos de acordo com suas orientações para o levantamento da produção científica corpus desta investigação.

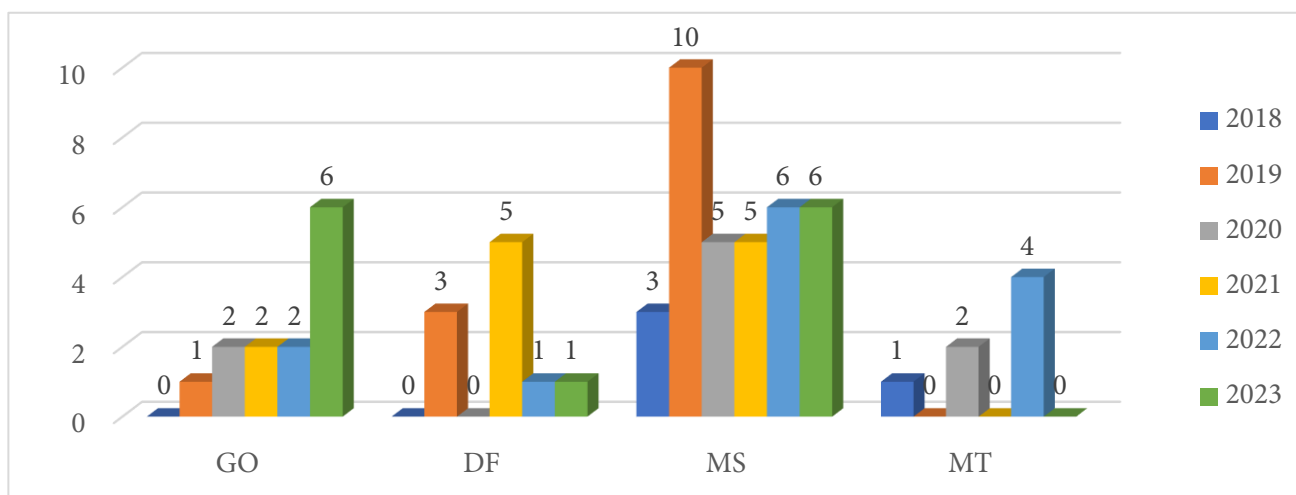
Delimitado o tema e traçados os objetivos, fizemos a busca, na plataforma de dados abertos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelas Universidades que têm

Programas de Pós-graduação em Educação, especificamente na região Centro-Oeste. Foram identificados: no Estado do Mato Grosso do Sul – os Programas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal da Grande Dourados e Universidade Católica Dom Bosco; no estado do Mato Grosso – os Programas da Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade do Estado de Mato Grosso; no estado de Goiás - Universidade Federal de Catalão, Universidade Federal de Goiás (Regional Jataí), Universidade Federal de Goiás (Goiânia), Universidade Estadual de Goiás (Inhumas), Faculdade de Inhumas / FACMAIS, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Identificados os Programas, iniciamos a pesquisa no CTDC, filtrando para Área Educação, recorte temporal de 2018 a 2023, nome da instituição. Em um primeiro momento obteve-se um quantitativo de 5.235 resultados, em seguida aplicando os filtros, os seguintes resultados: recorte temporal – 891 trabalhos; área educação – 306 trabalhos; instituições com programas de pós-graduação na região centro-oeste do Brasil – 65 trabalhos os quais compuseram o corpus desta pesquisa. Assim, caminhamos no sentido de seguir as etapas, do Estado do Conhecimento, sugeridas por Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt (2021): 1. Bibliografia anotada; 2. Bibliografia Sistematizada; 3. Bibliografia Categorizada; 4. Bibliografia Propositiva. Corroboramos com a ideia das autoras de que ao adotarmos este procedimento metodológico a possibilidade de tornar perceptível o rigor empreendido na investigação é maior.

Na primeira etapa, bibliografia anotada, foram selecionadas as pesquisas que faziam referência ao tema em questão, tendo a expressão ‘Inclusão Escolar’ como descritor inicial. Durante o levantamento das pesquisas, observou-se que alguns trabalhos abordavam o tema sem fazer uso do descritor elencado, o que demandou considerar novos descritores a partir da leitura dos resumos. A seleção considerou, portanto, as expressões inclusão escolar, educação especial, deficiência, inclusão e educação inclusiva. Este primeiro momento consistiu “[...] na organização da referência bibliográfica completa dos resumos das publicações encontradas” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 64).

A etapa da bibliografia sistematizada consistiu na coleta de informações mais aprofundada, a partir dos resumos das publicações, de forma “[...] mais direcionada e específica para o objetivo da construção do conhecimento e outros indicadores de acordo com o objeto [...]” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 67). Neste ponto do Estado do Conhecimento foram destacadas informações quanto ao ano, nível (doutorado ou mestrado), instituição/região, objetivos da pesquisa, metodologia empregada e os resultados. As informações com relação ao quantitativo de produções, por região e por ano, estão especificadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade de publicações por região e por ano

Fonte: Pesquisas dos Programas de Pós-graduação em Educação – Centro-Oeste do Brasil

Fizemos a busca individual por instituição e obtivemos um quantitativo, de teses e dissertações, por região: Mato Grosso do Sul 35 trabalhos (8 teses e 27 dissertações); Mato Grosso 7 trabalhos (7 dissertações); Goiás 13 trabalhos (13 dissertações); Distrito Federal 10 trabalhos (10 dissertações). Portanto, um quantitativo final de 65 pesquisas.

Os objetivos dos pesquisadores transitaram por unidades de sentido diversas, porém resumidamente pode-se dizer que intentaram discutir a inclusão escolar a partir de assuntos como: o professor como mediador e facilitador do processo de aprendizagem de alunos com necessidades específicas; utilização de recursos tecnológicos nas salas comuns do ensino regular; organização política e pedagógica para o ensino em escolas do campo, indígenas, de educação de jovens e adultos, educação infantil, ensino superior; acessibilidade; funcionamento das salas de recursos multifuncionais; equipe multiprofissional; relação professor e aluno; relação família e escola; ensino durante a pandemia; finalidades educativas; o viés patológico no processo de escolarização, dentre outros.

Do ponto de vista teórico-metodológico observou-se a abordagem qualitativa direcionando as argumentações dos pesquisadores, com uma quantidade significativa de pesquisas de campo, utilizando entrevistas e observações na coleta de dados; pesquisa documental; estudo de caso; estudo exploratório; revisão de literatura; pesquisa descritiva e analítica; pesquisa participante; técnica de análise de conteúdo; técnica de análise temática; técnicas estatísticas; grupo focal; escrita da memória.

Do ponto de vista epistemológico, os pesquisadores se fundamentaram: na Teoria Pós-crítica; Teoria Histórico-cultural; Materialismo Histórico-dialético; Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano; Teoria das Representações Sociais; Fenomenologia; Abordagem do Ciclo de Políticas; Paradigma Sócio-crítico. Intui-se com esta configuração teórica, a existência de preocupação em se fazer uma discussão crítica dos objetos de estudo.

A partir deste ponto da coleta de dados procedeu-se uma análise descritiva e diagnóstica, que permitiu destacar tendências, argumentações teóricas e padrões de abordagem. Foi possível

compreender as principais preocupações dos pesquisadores, da área Educação, com relação ao movimento da inclusão escolar no contexto educacional da Região Centro-Oeste do Brasil.

Este momento exigiu muita atenção, visto que foi preciso um esforço maior, demandando um foco no tema da pesquisa, nos objetivos traçados inicialmente, e por vezes uma leitura do trabalho no todo, para agrupar as publicações por blocos temáticos, ou seja, em categorias, que é a terceira etapa do percurso para a realização do Estado do Conhecimento.

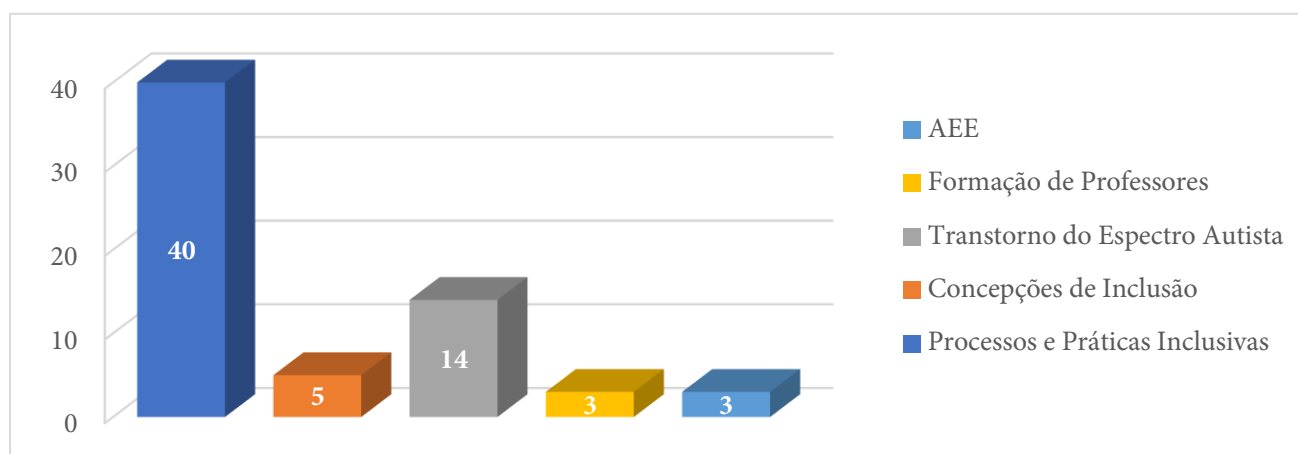
Segundo Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt (2021, p. 69), a bibliografia categorizada consiste em dar um olhar mais aprofundado no “[...] conteúdo das publicações e seleção, do que podemos chamar de unidades de sentido. Ou seja, palavras-chave ou temáticas representativas de um conjunto de publicações”:

Nesse sentido, o principal objetivo desta etapa é realizar o que podemos chamar de “agrupamento” das produções por temáticas, ou seja, com os trabalhos selecionados deve ser realizado o reagrupamento das produções segundo blocos temáticos [...] é utilizada como base a tabela da Bibliografia Sistematizada que já está organizada com as informações necessárias e já contém apenas as publicações que serão analisadas, quais sejam, aquelas que são aderentes ao objetivo proposto (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 69).

A disposição das informações, de cada etapa, em tabelas, foi de fundamental importância para se chegar até o ponto de estabelecer as categorias em destaque no conjunto de publicações. Para o cumprimento do objetivo desta pesquisa, as categorias foram consideradas como as temáticas predominantes nas pesquisas realizadas no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Educação, na região Centro-Oeste do Brasil.

Ao final deste processo identificamos 5 categorias referentes à tendência temática predominante no conjunto de publicações dos programas selecionados para esta pesquisa, as quais são destacadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Categorias elencadas como temáticas predominantes no conjunto das publicações



Fonte: Pesquisas dos Programas de Pós-graduação em Educação – Centro-Oeste do Brasil

O delineamento das tendências temáticas predominantes no conjunto de publicações que deu corpo ao Estado do Conhecimento já sinaliza os aspectos, que serão ao longo deste texto, apresentados sob o viés teórico que as constituiu, as proposições apresentadas pelos autores com relação ao seu tema de pesquisa.

A bibliografia propositiva, quarta etapa da metodologia do Estado do Conhecimento, é a fase em que se busca os resultados das pesquisas e as possíveis sugestões dos autores com relação ao tema de sua pesquisa, ou seja, as possíveis propostas presentes na publicação.

A partir destas, o autor ou autora do EC elabora suas proposições acerca da temática. As proposições podem ser organizadas ou escritas a partir e após a escrita de cada uma das publicações, ao final de cada categoria ou, ainda ao final da escrita do texto do Estado do conhecimento (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 72).

Para realização desta etapa foi necessário fazer uma leitura de partes dos textos como introdução, considerações finais e em alguns casos do trabalho completo.

2 TENDÊNCIAS TEMÁTICAS PREDOMINANTES

2.1 Processos e Práticas Inclusivas

Após separarmos as unidades de sentido que pudessem indicar as tendências (categorias), nos deparamos com um grupo de trabalhos que se dedicavam a refletir assuntos que faziam referência a processos e práticas inclusivas. Nosso entendimento quanto a estes dois termos influenciou a decisão de colocar neste bloco de categorias um número maior de trabalhos.

Portanto, antes de descrever o que foi encontrado a partir das pesquisas, como resultados e proposições apresentadas pelos pesquisadores elencados para esta pesquisa, consideramos pertinente destacar alguns aspectos a respeito do que se entende por processos e práticas. Busquemos uma definição de enciclopédia /dicionário para iniciarmos a conversa: processo “[...] significa método, sistema, maneira de agir ou conjunto de medidas tomadas para atingir algum objetivo” (Enciclopédia Significados, 2024, online); prática “[...] ato de aplicar conceitos ou regras, de aplicar aquilo que temos aprendido ou temos pensado [...]” (Dicionário Estraviz, 2024, online). Destas duas definições, pegamos a ideia de conjunto de medidas (processo) e aplicação de regras (práticas) para pensarmos os dois conceitos e, assim, definirmos o bloco de pesquisas que comporiam esta categoria.

Então, entendendo que processos podem se referir a um conjunto de medidas, não só no âmbito da organização escolar, mas em maneira mais geral, envolvendo as iniciativas políticas, sociais, econômicas e educacionais que direcionam as decisões com relação à inclusão escolar, teremos aqui trabalhos que se dedicam a refletir medidas implementadas para condução do processo de ensino aprendizagem de alunos da Educação Especial e teremos trabalhos que discutem medidas inclusivas na esfera das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais.

Da mesma forma se procedeu com relação à ideia de prática, pensando-a como uma maneira de aplicação de conhecimentos e/ou de normas de maneira geral, teremos trabalhos selecionados que

se dedicaram a refletir práticas de sala de aula e práticas mais gerais de cumprimento de normas estabelecidas a nível nacional, estadual e municipal.

Elencamos, portanto, um total de 40 pesquisas para a categoria ‘processos e práticas inclusivas’, cujos autores são: Coelho (2019), Santos (2023), Jesus (2020), Bassi (2023), Rodrigues (2021), Venâncio (2018), Corrêa (2019), Alencastro (2020), Assis (2023), França (2018), Nantes (2019), Almeida (2022), Melo (2021), Barbosa (2022), Amarilha (2019), Ferreira (2019), Nascimento (2018), Gomes (2022), Anastácio (2023), Perassolo (2018), Silva (2022), Figueredo (2022), Borck (2020), Teixeira (2023), Brito (2020), Borges (2022), Passos (2023), Silva, E. (2023), Miranda (2019), Luiz (2020), Santana (2023), Elmescany (2021), Ribeiro (2022), Lameira (2019), Marques (2021), Silva, E. M. (2021), Carvalho (2021), Ferreira (2020), Silva, J. (2019), Rilko (2020).

Outra questão de esclarecimento com relação a esta tendência (categoria), diz respeito a uma separação interna que foi realizada com intuito de organizar, por assunto, as constatações dos pesquisadores. Partimos das unidades de sentido que deram corpo a esta categoria: utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no contexto escolar; acessibilidade a alunos com necessidades específicas; práticas de ensino de disciplinas específicas (Língua Portuguesa, Ciências, Arte); documentos orientadores e programas de governo direcionados à inclusão escolar; atendimento à diversidade; inclusão no ensino superior, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Infantil.

Dentre as questões destacadas como resultado das pesquisas que abordaram temas acerca da utilização de TICs no contexto escolar, observamos uma valorização de aspectos positivos no uso de recursos relacionados à tecnologia. Os pesquisadores, destacando o acesso desigual e a falta de habilidades docentes no uso deste recurso, consideraram que as TICs: são ferramentas potencializadoras da aprendizagem, durante a pandemia os alunos com necessidades específicas foram parcialmente negligenciados no uso de recursos tecnológicos.

Acessibilidade foi abordada tanto no sentido do acesso à aprendizagem, como no sentido de acesso à escola e à rede de apoio à inclusão, com os seguintes achados: apesar do direito constitucional de atendimento especializado, há muitos casos de judicialização demandados por famílias junto ao poder judiciário; a utilização de legendas em recursos audiovisuais facilitam a interação e acessibilidade de pessoas surdas; a presença de intérpretes mediando o acesso à aprendizagem pode levar a resultados positivos; necessidade de ressignificar a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida; falta de habilidade de professores para estabelecerem uma relação interpessoal com alunos com deficiência; o acolhimento parental é fundamental, visto que, em decorrência do diagnóstico dos filhos, os pais sentem a necessidade de entendimento e apoio, não só no sentido pedagógico, mas, também, emocional.

Práticas de ensino direcionadas a disciplinas específicas (Língua Portuguesa, Ciências, Arte, Educação Física; Estágio Curricular), levaram às seguintes conclusões: predominância de práticas tradicionais; carência de estratégias e trabalho colaborativo; falta de recursos pedagógicos e estratégias de ensino que promovam a interação com a disciplina e aprendizagem de seu conteúdo; valorização da exposição como estratégia de aula; pouca colaboração entre professor regente e profissionais de apoio (trabalho colaborativo); relações marcadas pela imposição de regras; predominância de práticas tradicionais.

Com referência aos documentos orientadores e programas de governo direcionados à inclusão escolar, pode-se coletar os seguintes dados: distanciamento legislação e realidade; iniciativas de governo que incentivam a privatização; carência no atendimento escolar a alunos com deficiência; diferença de tratamento entre escolas; a legislação por si só não garante a aprendizagem, é preciso apoio logístico, estrutural e pedagógico; os textos legais trazem, implicitamente, finalidades educativas que incorporam uma concepção de educação de cunho neotecnicista/economicista; o programa de Educação Precoce apresenta promissoras perspectivas de efetivação de políticas inclusivas.

Quanto ao atendimento à diversidade, os pesquisadores contataram que: há uma luta para estruturar ações que atendam a especificidades como língua, diferenças culturais, vivências relacionadas à vida no campo, escola das águas, famílias de imigrantes, pessoa com deficiências, modos de vida de pescadores, agricultor familiar, assentados, quilombolas; desconhecimento quanto a estratégias de ensino que atendam à diversidade; desvalorização da cultura.

Por fim, os trabalhos que se dedicaram a refletir inclusão no ensino superior, educação de jovens e adultos, educação Infantil, constataram que: as universidades estão se mobilizando para a construção de uma política institucional que garanta acesso, permanência e educação de qualidade a alunos com necessidades específicas; o estágio curricular é um momento essencial para a formação, entretanto, não contempla questões referentes à educação especial na perspectiva inclusiva; aumento de matrícula de alunos com deficiência na EJA; apesar das ações legais de respaldo à inclusão, no âmbito da EJA, ainda não se atingiu as expectativas da comunidade escolar; existem lacunas relacionadas à formação específica para a EJA; carência de estratégias e trabalho colaborativo; identificação da deficiência já na educação infantil;

Como considerações a respeito desta tendência (categoria), destacamos uma proposição que precisa ser melhor debatida no âmbito da academia, tendo como base afirmação de Pacheco (2009), na qual ele sinaliza que os processos e práticas de educação estão:

[...] cada vez mais integrados em agendas globalmente estruturadas, cujo eixo de influência se situa no quadro comum das políticas da União Europeia e de outros organismos, com destaque para a OCDE. Tanto no ensino superior, como nos ensinos secundário e básico, as orientações educativas subordinam-se a um processo de decisão supranacional, deixando-se para os governos de cada Estado-membro decisões que em nada alteram a existência de uma estrutura partilhada em termos de alguns critérios amplamente consensualizados (Pacheco, 2009, p. 105-106).

Nesta perspectiva lançamos uma provocação com relação a conceitos amplamente veiculados nos textos legais como igualdade, equidade, diferença, que estão reverberando nos discursos políticos e de certa forma, muitas vezes, sendo incorporados por nós educadores como discurso legítimo, mas que na verdade podem ocultar finalidades que não necessariamente são pensadas para atender a maioria marginalizada.

Chamamos também a atenção, fundamentadas em Laval (2019, p. 18) para a premissa de que a escola hoje se molda a partir de princípios neoliberais, “[...] é orientada, pelas reformas em curso, para

os propósitos de competitividade prevalentes na economia globalizada”. Consideramos que ao refletirmos sobre processos e práticas inclusivas, não podemos nos furtar a debater esta questão.

2.2 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Sobre esta categoria, que representou uma preocupação nas pesquisas selecionadas, pode-se dizer que é um tema que vem ganhando visibilidade na contemporaneidade, permitindo não só o reforço de teorias sobre suas características, mas também que pessoas que apresentam essa condição compartilhem suas vivências e desafios, fortalecendo suas reivindicações pelo direito de participação na sociedade.

No âmbito da academia alguns pesquisadores se apresentam comprometidos com a desmistificação do transtorno, declarando a necessidade de uma mudança na percepção e no entendimento sobre o mesmo, como condição fundamental para a implementação de formas mais inclusivas de acolher e apoiar as pessoas com TEA e suas famílias.

No conjunto de publicações selecionadas para esta pesquisa nos deparamos com os trabalhos de Souza (2019), Benevides (2019), Boufler (2021), Pereira (2019), Brasil (2022), Lopes (2020), Gomes (2022), Pinto, K. (2021), Rosa (2023), Pinto, J. (2023), Borges (2021), Teixeira (2019), Ramos (2023), Teodoro (2022).

Em seus achados ficou evidente as seguintes constatações: há uma lacuna entre o que está previsto legalmente, com relação à inclusão escolar de alunos com TEA, e o que acontece na realidade; há escassez de profissionais habilitados, de organização didática que atenda às necessidades específicas de alunos com esta condição, de trabalho colaborativo entre família – escola – equipe multiprofissional e professores de sala comum – professores do AEE; a falta de conhecimento com relação ao TEA dificulta o diagnóstico; o AEE, em alguns casos, não é oferecido, obrigando as famílias a partir para a judicialização.

A sugestão com relação a estes aspectos que ficou mais evidente foi a necessidade de ações voltadas para a formação, tanto inicial quanto continuada, dos profissionais da educação, não só com relação ao conhecimento das especificidades ligadas ao TEA, mas com relação ao trabalho colaborativo, ao planejamento personalizado e práticas inclusivas que possibilitem o diálogo colaborativo entre escola – família – profissionais da saúde – órgãos públicos responsáveis por gerir o sistema de ensino, em todos os níveis e modalidades.

Está claro pelas conclusões dos pesquisadores que a inclusão escolar e a participação no AEE, por si só, não são suficientes para atender de forma personalizada os alunos com TEA. É imprescindível, se atentar para questões relacionadas ao acompanhamento multiprofissional, a parceria família – escola, o trabalho colaborativo entre professores do ensino comum e do AEE e, principalmente, de financiamento que atendam as reais necessidades da comunidade escolar.

As pesquisas apontaram também que o sentimento de pertencimento por parte do aluno com TEA facilita seu processo de escolarização e, para que isto aconteça é necessário: aplicação de metodologias que permitam que o aluno vivencie a cultura de forma plena; formação, teórica e prática,

com conhecimentos que permitam a ressignificação do contexto escolar de forma a permitir um melhor entendimento do real significado da inclusão educacional; redefinição de papéis dos profissionais que acompanham o aluno com TEA; planejamento de um processo didático-pedagógico ancorado no trabalho colaborativo; ampliação de pesquisas científicas que considerem as representações do aluno e da família acerca da inclusão escolar, no sentido de buscar soluções personalizadas que corroborem com um processo de escolarização de sucesso.

Uma questão nos deixou intrigadas e, portanto, a necessidade de pontuar nossa preocupação com a ideia de intervenção precoce. Quais relações estão implícitas nesse processo? Entendemos que os pesquisadores sinalizam a respeito da necessidade de se conhecer o mais cedo possível as necessidades do aluno com TEA, entretanto, há que se ir além desta constatação, considerando que na contemporaneidade estamos vivenciando um processo de patologização da educação, cujas consequências têm gerado um aumento de diagnósticos.

A naturalização de um modelo de ensino caracterizado pelo hábito de localizar sintomas em crianças que se distanciam dos ideais padronizados, pode levar a interpretações equivocadas e estigmatizar as experiências individuais, afetando o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Segundo Moysés e Collares (2014, p. 50) “[...] é crescente a translocação para o campo médico de problemas inerentes à vida, com transformação de questões coletivas, de ordem social e política, em questões individuais, biológicas”.

Corroborando com esta afirmação Gomes e Borges (2023, p. 18):

Estudos teóricos, nos diversos campos do conhecimento, têm revelado um avanço crescente de crianças e jovens frequentando a rede regular de ensino, encaminhados para os serviços de saúde por apresentarem condições consideradas impeditivas da aprendizagem, e/ou condutas comportamentais identificadas como fora do padrão. O quantitativo de estudantes diagnosticados com transtornos sugere que algo bem complexo acontece no interior da escola e que não podemos deixar na superficialidade os debates a respeito desta questão.

Esta afirmação justifica a inquietação das autoras com relação à ideia de intervenção precoce, reconhecendo a necessidade de uma atenção às especificidades dos alunos com TEA, porém chamando para o debate de um assunto que não pode ficar fora das discussões a respeito da inclusão escolar, que é a patologização da educação e a produção de diagnósticos no interior da escola.

2.3 Formação de Professores

Com relação à formação de professores, inicial e continuada, percebemos que, no conjunto das publicações, a maioria dos pesquisadores sinalizaram para o importante papel da formação para a efetivação de uma inclusão escolar que realmente atenda às necessidades dos alunos. Destacamos, entretanto, os trabalhos de Lima (2019), Hilgig (2021), Galvão (2023), os quais abordaram o assunto

da construção da profissionalidade docente, formação de professores para inclusão nas escolas das águas do Pantanal e a relação entre formação e autoeficácia.

A ideia de profissionalidade para inclusão escolar foi abordada a partir de questões como humanização, enfrentamento, organização do trabalho didático. Por meio da reflexão identificou-se as diversas situações desafiadoras presentes no contexto da inclusão e apontou-se a necessidade de um processo de profissionalização docente consolidado para atender às necessidades da educação inclusiva. Já com referência às escolas das águas do pantanal, constatou-se a escassa oferta de formação continuada com relação à inclusão escolar e que os professores são receptivos à formação quando ofertada, portanto, a reivindicam como forma de melhoria do processo de ensino e das condições de trabalho. A autoeficácia é discutida como uma condição (julgamento pessoal) necessária para que os professores se sintam confortáveis e capazes de ensinar os alunos com necessidades específicas, os professores sentem que têm mais autoeficácia em questões relacionadas a planejamento, que naquelas ligadas à regência.

Segundo Mantoan (2006) o principal argumento dos professores quando resistem à inclusão é que não estão preparados para tal tarefa. A autora considera que os professores estão acostumados a atuarem como palestrantes, direcionando o fazer pedagógico de maneira unilateral, pois foi assim que aprenderam sobre o processo de ensino. Então, diz que é preciso investir em formação, mas não basta a oferta “[...] deve-se estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem para se profissionalizar e aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, e também à maneira como reagem às novidades, aos novos métodos” (Mantoan, 2006, p. 54).

A autora afirma que é preciso ressignificar o papel do professor e as práticas pedagógicas usuais no contexto escolar, pois a inclusão não cabe em um paradigma tradicional de educação. Há que se pensar em propostas de profissionalização e de formação em serviço que corroborem com a transformação da escola, de maneira a contribuir para a abertura incondicional às diferenças e com um ensino de qualidade (Mantoan, 2006).

2.4 Concepção acerca da Inclusão Escolar

Os pesquisadores que se dedicaram a este tema foram: Rezende, A. (2023), Pestana (2022), Diniz (2019), Dutra (2022), Rezende, E. (2021). Suas constatações trouxeram questões importantes para reflexão, como: os professores pensam a inclusão a partir do modelo médico de interpretação da deficiência; as práticas pedagógicas são influenciadas por este modelo; atribuem ao profissional de apoio a função de ensinar, desconhecendo o verdadeiro papel do AEE; não fazem críticas ao que é imposto pelo sistema educacional; colocam na formação a responsabilidade para lidar com os desafios; o momento de isolamento imposto pela pandemia² (2020) deixou consequências para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos; estudantes universitários público-alvo da educação

2 Quando se referem à pandemia, os pesquisadores estão se referindo ao momento em que por todo o planeta houve uma elevada transmissão do vírus SARS-CoV-2 (coronavírus), que acometeu um grande número de pessoas a uma infecção respiratória aguda denominada Covid-19, a qual fez o mundo literalmente parar (2020) em função de elevada transmissibilidade do vírus.

especial, matriculados em universidades compreendem que apesar dos facilitadores para o acesso, ainda existem barreiras que dificultam o processo; as famílias consideram que a cultura de participação e organização da escola precisam melhorar.

Sobre esta questão, trazemos uma reflexão que consideramos importante para ampliarmos nossa concepção de inclusão escolar. Tem relação com a palavra ‘todos’ que constantemente surge nos discursos. Esta palavra nos indica uma visão ampliada de educação, direcionada a toda e qualquer pessoa independente de suas características físicas, sociais, culturais ou econômicas. Se a escola é para todos, então por que a separação entre ‘incluídos’ e ‘não incluídos’.

Vejamos como Libâneo (2008, p. 173) apresentou sua concepção acerca de escola inclusiva.

Para mim, escola inclusiva é, em primeiro lugar, uma escola comum no sentido de escola para todos, para sujeitos diferentes, numa sociedade em que caibam todos. Quer dizer, estou me referindo, antes de tudo, ao direito universal de todos em poder compartilhar de uma escolarização que capacite para a vida profissional, social, cultural, política, implicando uma alta qualidade cognitiva e operativa das aprendizagens, considerando diferenças de origem social, de cultura, raça, sexo, religião, físicas, psicológicas etc. Então, eu penso que inclusão é muito menos uma medida institucional ou um procedimento pedagógico, e muito mais um princípio social, um valor social, um modo de encarar a vida e a nossa relação com os outros (Libâneo, 2008, p. 173).

É neste sentido que concebemos a inclusão escolar, ou seja, a escola inclusiva é aquela que se dedica a aumentar o desempenho de todos alunos, aquela que recebe pessoas diferentes entre si para aprenderem juntas e compartilhem saberes que lhes permitam avançar no processo de escolarização.

2.5 Atendimento Educacional Especializado

Finalizando o grupo de tendências (categorias) destacamos a questão do AEE e as considerações dos pesquisadores a respeito do tema. Os autores que se dedicaram a pesquisar acerca desta categoria foram: Lima (2021), Santos (2022), Oliveira (2020).

Seus achados abarcam questões como: o atendimento a alunos com deficiência intelectual na sala de recurso multifuncional, as práticas desenvolvidas, a organização do serviço de apoio, a relação entre professor regente e professor da sala de recurso multifuncional, como foi o trabalho durante a pandemia; o professor da sala de recurso multiprofissional vem ganhando destaque por suas ações pedagógicas e humanas na condução da inclusão do aluno com necessidades específicas; a ação do profissional de apoio durante a pandemia contou com estratégias lúdicas, recurso de vídeos e ilustrações e, redução do número de atividades; destacou-se a importância do professor de apoio no período de isolamento, reforçando a necessidade do trabalho colaborativo;

Compreendemos que condução do atendimento especializado está diretamente ligado à concepção de inclusão. Se o modelo predominante é o modelo médico, há a possibilidade de que a potencialidade de aprendizagem seja secundarizada no trato com o aluno, com a prática assumindo uma função compensatória, que no fundo significa deixar como está e tornar os momentos do aluno na escola mais agradáveis e acolhedores. Uma condução que vai na contramão da concepção de inclusão ampliada, em que todos aprendem.

Por outro lado, se a concepção de inclusão é pautada no modelo pedagógico/educacional, baseado em visão ampliada de inclusão, a capacidade de aprender é priorizada e todos os investimentos pedagógicos serão no sentido de crescimento. O que envolve vários fatores, mas destacamos a necessidade de se indagar que tipo de relação o aluno estabelece com o saber escolar e a prática de ensino a ele direcionada, conduzindo o processo no sentido de desviar o foco do sujeito como centro de um 'problema', para investir no que é capaz de fazer a partir da mediação com o professor e colegas de sala.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo conhecer as tendências temáticas predominantes das pesquisas defendidas no âmbito dos programas de Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), área Educação, na região Centro-Oeste brasileira, entre os anos de 2018 a 2023, em intersecção com a temática Inclusão Escolar.

É notório que a temática da inclusão vem ganhando espaço nas discussões e pesquisas acadêmicas no cenário nacional e nas políticas públicas que garantem o cumprimento dos direitos humanos em diferentes âmbitos, tanto na acessibilidade arquitetônica, quanto na acessibilidade das diferentes possibilidades de aprendizagem e participação ativa na sociedade.

Deste modo, por meio do procedimento Estado do Conhecimento, realizamos um levantamento das tendências predominantes na produção de dissertações e teses de diferentes Programas de Pós-graduação, apresentando o movimento de divulgação de resultados de pesquisas científicas nas diferentes nuances que caracterizam a inclusão escolar, em pesquisas de interesse para mestrandos e doutorandos da região Centro-Oeste brasileira.

A busca individualizada por instituição obteve um quantitativo de teses e dissertações, por região: no Mato Grosso do Sul, 35 trabalhos (8 teses e 27 dissertações); em Mato Grosso 7 trabalhos (7 dissertações); Goiás, 13 trabalhos (13 dissertações); no Distrito Federal 10 trabalhos (10 dissertações), totalizando um quantitativo final de 65 pesquisas.

Foram identificadas 05 (cinco) categorias referentes à tendência temática predominante no conjunto de publicações dos programas selecionados. Em linhas gerais, como resultado, observou-se nessas pesquisas, a preocupação com processos e práticas inclusivas, concepções acerca de inclusão, formação de professores, AEE e TEA.

Por fim, sabemos que a prática da Educação Inclusiva ainda é complexa e diversos fatores são apontados como desafios que devemos enfrentar no cotidiano escolar, inclusive nas lacunas existentes

entre o que está previsto legalmente, com relação à inclusão escolar e a realidade do coletivo escolar, das famílias e dos próprios alunos.

Os pesquisadores que deram corpo à pesquisa de Estado de Conhecimento manifestaram suas preocupações com aspectos pertinentes à Inclusão escolar, apresentando críticas ao processo e às práticas inclusivas, deixando claro a filiação ao movimento da inclusão como forma de garantir escolarização satisfatória a todas as pessoas.

Diante do limite da nossa pesquisa e, dentre tantas outras necessidades de pesquisas que trazem à tona a necessidade de se conhecer as tendências de interesses nas pesquisas que tratam da inclusão escolar, no *stricto sensu*, fica a sugestão de que outros estudos e pesquisas do tipo Estado do Conhecimento, sejam desenvolvidas, tanto para ampliar para outras áreas, quanto no sentido de contribuir com as discussões em torno das especificidades da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>lanalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: julho de 2024.
- GOMES, Selma Regina; BORGES, Sandra Soares. A prática do diagnóstico no contexto escolar: um balanço analítico da legislação referente ao atendimento educacional especializado. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, Iporá/Goiás, v. 12, n. 2, p. 105 – 122, outubro, 2023.
- LAVAL. Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LIBÂNIO, José Carlos. Alguns Aspectos da Política Educacional do Governo Lula e sua Repercussão. **Revista HISTEDBR** [Online], Campinas, n. 32, p. 168-178, dez. 2008.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
- MOROSINI, Marília Costa; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.
- MOYSÉS, Maria Aparecida Afonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Mais de um século de patologização da educação **Fórum: Diálogos em Psicologia**, ano I(1), jul./dez, p. 50-64, 2014. Disponível em <http://fio.edu.br/revistapsi/arquivos/revista.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

PACHECO, José Augusto. Processos e práticas de educação e formação. Para uma análise da realidade portuguesa em contextos de globalização. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, Portugal, 22(1), p. 105–143, 2018. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13955>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

Pacheco, José Augusto. Processos e práticas de educação e formação. Para uma análise da realidade portuguesa em contextos de globalização. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, Portugal, 22(1), p. 105–143, 2018. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13955>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

PRÁTICA. In: Dicionário Estraviz. Disponível em <https://estraviz.org/pratica>. Acesso em: 25 de julho de 2024

PROCESSOS. In: Enciclopédia de Significados. Disponível em <https://www.significados.com.br/processo/>. Acesso em: 25 de julho de 2024.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível.** 2013. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

REFERÊNCIAS DAS PUBLICAÇÕES SELECIONADAS

ALENCASTRO, Mary Evelyn Santos. **Ensino de ciências e inclusão escolar: perspectivas e práticas de professores frente a deficiência intelectual.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2020.

ALMEIDA, Rodrigo Santos de. **Inclusão Escolar nas aulas de Educação Física: revisão sistemática sobre a prática pedagógica dos professores.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2022.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano): Materialização em escolas da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2012-2016).** 2019. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2019.

ANASTÁCIO, Juliana Rodrigues. **Políticas de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Aral Moreira/MS: inclusão em escolas do campo.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2023.

ASSIS, Laura Sousa. **Ensino de Língua Portuguesa e Inclusão Escolar: caracterização e análise de práticas pedagógicas.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2023.

BARBOSA, Ana Claudia Pitanga da Silva. **Judicialização da Educação Especial: implicações para a garantia do direito à Educação na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2015-2020).** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2022.

BASSI, Tânia Mara dos Santos. **A inclusão de alunos Público-Alvo da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos: os desafios de duas modalidades.** 2023. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2023.

BENEVIDES, Jhony dos Santos. **Caracterização da atuação do professor de Educação Física nas equipes multiprofissionais que trabalham com pessoas com TEA em Dourados – MS.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2019.

BORCK, Ana Cláudia. **Trajetória Escolar do Estudante e sua Relação no Processo de Inclusão no Ensino Superior.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, 2020.

BORGES, Ana Maria Honorato. **A Inclusão no Contexto Escolar: a escolarização da pessoa com deficiência com foco no estado de Goiás.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Inhumas – FacMais, Inhumas, Goiás, 2022.

BOUFLEUR, Emne Mourad. **Famílias de Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: implementação e avaliação de um programa de apoio para inclusão escolar.** 2021. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2021.

BRASIL, Gabriela Machado. **Representações Sociais sobre o Transtorno do Espectro do Autismo e Inclusão Escolar.** 2022. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2022.

BRITO, Giseli Artioli. **A Inclusão Escolar de Adolescentes com Deficiência Intelectual.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, 2020.

CARVALHO, Kelly de Oliveira de Carvalho. **Políticas Curriculares de Inclusão no Programa de Educação Precoce: o contexto da prática em escolas públicas do Distrito Federal.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2021.

COELHO, LUCIANA LOPES. **A educação escolar de indígenas surdos guarani e kaiowá: discursos e práticas de inclusão.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2019.

CORRÊA, Rosa Alessandra Rodrigues. **Educação Especial nas Escolas do Campo: uma análise dos indicadores educacionais da rede municipal de ensino de Corumbá MS.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, Mato Grosso do Sul, 2019.

DINIZ, Etiene Paula da Silva. **Perspectivas de Estudantes Público-alvo da Educação Especial sobre Facilitadores e Barreiras nas Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2019.

DUTRA, Joelma Fernanda de Sales Carneiro. **A Política de Educação Inclusiva sob a Ótica das Famílias de um Município do Interior Goiano.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, 2022.

ELMESCANY, Ilma Aparecida dos Santos. **O Conhecimento sobre Finalidades Educativas da Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência em Periódicos Nacionais (2014-2019).** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, 2021.

FERREIRA, Alexandra. **O Professor de Arte e a Educação Sensível na Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência na Educação Infantil.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2019.

FERREIRA, Fabiane da Silva. **As concepções dos professores da educação básica e da educação especial sobre o uso das TIC e da tecnologia assistiva.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus Pantanal, Mato Grosso do Sul, 2020.

- FIGUEREDO, Mariana Santos de Oliveira. **O Ensino da Língua Portuguesa como Segunda Língua a Estudantes Surdos na Perspectiva do Ensino Colaborativo**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação), Universidade Estadual de Mato Grosso, Sinop, Mato Grosso, 2022.
- FRANÇA, Simone Denise Gonçalves Ferreira. **Identificação de Crianças com Deficiência e/ou Atraso no Desenvolvimento: avaliação de professor na Educação Infantil CEI-UFGD Dourados/MS**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2018.
- GALVÃO, Gilmar de Lima. **Formação e Autoeficácia Docente para o Ensino de Alunos Público-Alvo da Educação Especial em Ladário – MS**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Pantanal, Mato Grosso do Sul, 2023.
- GOMES, Péricles Baptista. **O Adolescente com Transtorno do Espectro Autista (TEA): a utilização de um aplicativo móvel e suas implicações para o processo pedagógico**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação), Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, Mato Grosso, 2022.
- GOMES, Vera Lúcia. **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e a Meta 4: oferta educativa e atendimento educacional especializado aos estudantes da educação especial (2014-2018)**. 2022. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2022.
- HILGIG, Marcia Cristiane Venturini. **Formação de Professores para a Inclusão de Estudantes da Educação Especial nas Escolas da Águas do Pantanal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Mato Grosso do Sul, 2021.
- JESUS, Ivone das Dores de. **A Inclusão de Alunos com Deficiência na Educação Superior: uma análise na Universidade Estadual do Maranhão**. 2020. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2020.
- JÚNIOR, Raimundo Nonato Nascimento. **Educação e Diversidade Étnico Racial**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, 2018.
- LAMEIRA, Lenoir S. **Inclusão de Pessoas com Mobilidade Reduzida no Contexto Transformador da Realidade da Escola**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2019.
- LIMA, Loyane Guedes Santos. **A Profissionalidade Docente no Contexto da Inclusão Escolar: analisando o Distrito Federal**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2019.
- LIMA, Luciene Barbosa Vitor. **Caracterização do Atendimento Educacional Especializado para Aluno com Deficiência Intelectual nas Salas de Recursos Multifuncionais**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2021.
- LOPES, Naiara de Oliveira Basilio. **Alguns Apontamentos sobre Inclusão de Estudante com Autismo em Escola de Ensino Regular de Rondonópolis**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, Mato Grosso, 2020.
- LUIZ, Wesley Oliveira. **Educação Inclusiva: matrículas de alunos da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás, Faculdade de educação, Goiânia, Goiás, 2020.
- MARQUES, Tatiana Studart Rodrigues. **O Acolhimento Parental e os Processos de Inclusão de Crianças com Deficiência no Programa de Educação Precoce: reflexões psicanalíticas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2021.

- MELO, Charyze de Holanda Vieira. **Judicialização da Educação Especial para Inclusão Escolar na Rede Regular de Ensino no Município de Corumbá-MS**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, Mato Grosso do Sul, 2021.
- MIRANDA, Fabiana Darc. **Educação Inclusiva em um Município do Interior Goiano**: análise de um percurso. 2019. Dissertação (Mestrado em educação), Universidade Federal de Goiás, Jataí, Goiás, 2019.
- NANTES, Daniela Pereira. **Inclusão Escolar de Estudantes com Deficiência Intelectual**: estudos sobre práticas pedagógicas. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2019.
- NASCIMENTO, Grazielly Vilhalva Silva do. **Para Ler Vozes na Tela**: a escola como potencializadora das legendas como recurso de acessibilidade para surdos. 2018. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2018.
- OLIVEIRA, Flávia Teles Gonçalves. **O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multiprofissionais em um Município do Interior de Mato Grosso do Sul**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2020.
- PASSOS, Tatiany Lopes de Assunção. **As Finalidades Educativas Escolares Implícitas na Declaração de Salamanca e sua Materialização nas Políticas Públicas para a Inclusão Escolar no Brasil**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Inhumas – FacMais, Inhumas, Goiás, 2023.
- PERASSOLO, Valquíria. **Educação em Ciências Naturais para Estudantes com Surdocegueira**: uma análise no contexto de uma escola de surdos. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, 2018.
- PEREIRA, Luciane Clementino. **Formação do Profissional de Apoio Educacional para o Atendimento de Crianças com Autismo no Ensino Regular**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2019.
- PESTANA, Mônica Mendes da Cunha. **Educação Especial em Contexto de Pandemia: análise do atendimento educacional especializado**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, Mato Grosso do Sul, 2022.
- PINTO, Jessica Hilário. **A Escuta Sensível como Proposta Metodológica no Processo de Inclusão Escolar de um Educando Autista**: um estudo de caso na rede municipal de ensino de Damolândia – GO. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, Goiás, 2023.
- PINTO, Karinne Leidiane vieira. **A Escrita e a Constituição do Sujeito com Diagnóstico de Autismo**: caminhos para a inclusão escolar. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2021.
- RAMOS, Cláudia Costa da Rocha Cerqueira. **Formação Continuada Docente para Inclusão Escolar com Estudantes TEA's dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Distrito Federal**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2023.
- REZENDE, Ana Lúcia de Arruda Ramos. **Concepções e Práticas de Professores da Sala Comum e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre Inclusão Escolar**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2023.
- REZENDE, Euzilene Ferreira de. **Inclusão na Educação Infantil**: o olhar dos professores da rede municipal de Trindade/GO. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Inhumas – FacMais, Inhumas, Goiás, 2021.

- RIBEIRO, Odara Karinne da Silva Pereira. **Inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas no Espaço Escolar e a Educação Física**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2022.
- RILKO, Ruth Borges. **O Processo de Inclusão de Alunos em Liberdade Condicional por Meio da Educação de Jovens e Adultos em Uma Escola Municipal na cidade de Quirinópolis-GO**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, Mato Grosso do Sul, 2020.
- RODRIGUES, Maria Beatriz Blanco Santana. **A Relação Escola e Família do Aluno com Deficiência: um estudo exploratório**. 2021. dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2021.
- ROSA, Selêucia Garcia. **Autismo: o viés patológico e suas implicações no processo de escolarização**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Inhumas – FacMais, Inhumas, Goiás, 2023.
- SANTANA, Simone alves dos Reis. **Estágio Curricular Obrigatório e Inclusão Escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, 2023.
- SANTOS, Paulo Cezar Rodrigues dos. **A Educação Especial e Inclusão Escolar em tempos de Pandemia: uma incursão no trabalho didático**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação), Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2023.
- SANTOS, Viviane Oliveira. **O Atendimento Educacional Especializado durante a pandemia de COVID-19: atuação do professor de apoio**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2022.
- SILVA, Berenice Maria Dalla Costa da. **Educação Inclusiva e a Gestão Escolar: ações e práticas no processo de inclusão dos estudantes com necessidades especiais**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação), Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, Mato Grosso, 2022.
- SILVA, Elenice Maria de Oliveira e. **Educação da Pessoa Surda: processos pedagógicos e estruturais de inserção no ensino superior**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Inhumas – FacMais, Inhumas, Goiás, 2023.
- SILVA, Elizabete Maria de Souza. **O Uso das TIC e a Inclusão Escolar da Criança com Deficiência Física, Egressa da Educação Precoce, na Educação Infantil do Sistema Público de Ensino do Distrito Federal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2021.
- SILVA, Jefferson Lack da Silva. **Inclusão – Revista da Educação Especial (2005-2011) e a Alfabetização em Língua Portuguesa de Pessoas com Deficiência**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, Mato Grosso do Sul, 2019.
- SOUZA, Luana Aparecida Martins de. **A mediação do Professor de Arte na Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, Mato Grosso do Sul, 2019.
- TEIXEIRA, Deibia Sousa Rodrigues. **Lucas, PRESENTE! Por uma Inclusão Escolar das Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo que ultrapasse o prescrito nas políticas públicas**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2019.
- TEIXEIRA, Priscila Gervásio. **Inclusão de Crianças com Deficiência na Educação Infantil: práticas pedagógicas e possibilidades do ensino colaborativo**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Catalão, Catalão, 2023.

TEODORO, Poliana Acs. **A Transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: foco na criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, Mato Grosso, 2022.

VENÂNCIO, Letícia Maria Capelari Tobias. **Alunos com Deficiência Intelectual em Contexto de Inclusão Escolar: estratégias utilizadas pelos professores para promoção das relações interpessoais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2018.

Recebido em: 5 de agosto de 2024.

Aprovado em: 7 de novembro de 2024.

<https://doi.org/10.30681/reps.v15i3.12765>

ⁱ **Selma Regina Gomes**. Doutora em Educação. Bolsista do Pós-Doutorado Estratégico da CAPES, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Inhumas. Docente permanente do Programa de Pós-graduação do Centro Universitário Mais, Inhumas, Goiás.

Curriculum Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0622871659133250>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2033-5807>

E-mail: selmareginag691@gmail.com

ⁱⁱ **Marlene Barbosa de Freitas Reis**. Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ), Docente efetiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG), líder do Grupo de estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (GEPEDI/UEG).

Curriculum Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9396555981788500>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2213-7281>

E-mail: marlenebfreis@gmail.com